Postos Indígenas e Inspetorias Regionais do Centro-Oeste Brasileiro: Perspectivas iniciais de análise da atuação do SPI na Era Vargas

Heitor Velasco Fernandes Guimarães*

Resumo. Apresentar reflexões acerca das relações estabelecidas entre frentes de expansão da sociedade nacional e sociedades indígenas no Brasil da década de 30 do século XX é a intenção deste trabalho. Trata-se de uma investigação histórica acerca dos desdobramentos de contatos estabelecidos entre os funcionários do órgão oficial do Estado responsável pela questão indígena na época – o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) – e os grupos indígenas que habitavam o Centro-Oeste brasileiro na temporalidade indicada. É também objetivo desta comunicação refletir sobre a hipótese de que as ações políticas e reações culturais dos diversos grupos étnicos contatados implicavam na constante reformulação das práticas indigenistas.

Palavras-chave: indígenas; cultura; política

Abstract. To present some reflections about social and cultural relations established between the national society and Indians groups in Brazil of the decade of 1930 is the intention of this work. Here is an historical inquiry concerning the contacts established between employees of the State's official agency responsible for Indian issues – Brazil's Indian Service (SPI) – and the Indians societies that inhabited the brazilian Center-West in those times. It is also an objective of this communication to reflect on the hypothesis of that political actions and cultural reactions of many ethnic groups contacted implied in the constant reformularization of the work of SPI's employees.

Key words: Indians; culture; politics

O presente trabalho pretende expor reflexões iniciais que irão colaborar para a elaboração de um projeto de pesquisa a ser desenvolvido ao longo do segundo semestre do curso de Mestrado em História da PUC-Rio, tendo como temática a História Indígena e como objeto de estudo a atuação do Serviço de Proteção aos Índios junto às sociedades indígenas no Brasil das décadas de 30 e 40 do século XX. Para melhor esclarecer e facilitar a compreensão dos objetivos desta comunicação convém que a fonte histórica a ser aqui analisada seja de imediato apresentada.

* Mestrando do Programa de Pós Graduação em História Social da Cultura da PUC-RIO e Bolsista do CNPQ.

Trata-se de um relatório redigido por um encarregado-chefe de Posto Indígena, localizado no noroeste do Estado de Mato Grosso, sobre os trabalhos desenvolvidos e as relações estabelecidas com grupos indígenas ao longo do ano de 1929. É importante salientar que documentos desse tipo procuravam dar conta não só dos serviços prestados junto aos índios, mas também relatavam informações acerca do desenvolvimento da produção agrícola do Posto, da criação de animais, da abertura e conservação de estradas, da realização de obras de infra-estrutura e etc.¹ A elaboração destes tipos de relatórios fazia parte das formalidades burocráticas inerentes à funcionalidade administrativa do Serviço de Proteção aos Índios. Cabia aos encarregados de Postos Indígenas o envio de tais registros documentais à sede da Inspeção Regional a qual estavam subordinados (no caso a Inspeção Regional 6); esta por sua vez deveria compilar os relatórios de todos os postos indígenas inscritos na zona geográfica que lhe cabia a responsabilidade de administração e redirecioná-los à sede da Diretoria Nacional do SPI que se localizava na então capital da República, o Rio de Janeiro. O documento com o qual trabalhei faz parte de um conjunto documental: a compilação de relatórios de Postos Indígenas - referentes ao ano de 29- pela Inspeção Regional 6, que finalizaria tal tarefa em maio de 1930 mas só os enviaria à Diretoria Nacional no ano de 1932.

Não podemos deixar de atentar que tais relatórios desempenhavam também uma função estratégica na medida em que buscavam legitimar as ações indigenistas através de representações (escritas) sobre índios. A análise do discurso textual nos permite compreender a união entre as intenções de tais agentes sociais – a nacionalização dos índios – e a ação junto aos indígenas. Uma importante característica a ser mencionada sobre este corpus documental é a de que ele incorpora a programação de atividades futuras do SPI relativas a 1930 e aos anos subsequentes. Tendo em vista que pretendo na dissertação de mestrado traçar análises e sugerir problematizações acerca da atuação do SPI- enfocando as ações indigenistas de seus funcionários no âmbito local/municipal- durante o período histórico que se convencionou denominar de “Era Vargas”, busco falar do ano de 1929 para uma melhor percepção do momento histórico posterior. O documento nos remete assim às práticas já estabelecidas de contatos e relações sociais entre militares, sertanistas, populações locais e grupos indígenas. Desta maneira acredito que eu possa vir a identificar, através de uma análise comparativa, permanências e transformações de convivências sociais em um contexto cultural e regional específico.

¹ Além da assistência aos índios, os Postos Indígenas tinham como função a colonização e o povoamento de territórios até então pouco explorados pelo Estado Republicano brasileiro.

Pressuponho assim que o golpe político que estabelece o Governo Provisório e confere a Getúlio Vargas o poder presidencial acarretará mudanças na organização administrativa do Estado, na funcionalidade dos Ministérios e nos órgãos federais a estes atrelados, o que indiretamente surtirá efeitos na estrutura administrativa interna do SPI, o aparelho oficial responsável pela questão indígena. Poderemos assim tentar identificar em um momento posterior da pesquisa possíveis continuidades e descontinuidades, avanços e recuos, reflexos dos efeitos ocasionados pelas transformações políticas no âmbito estatal que poderiam vir a repercutir na organização estrutural do órgão assistencialista. Busco perceber se tais modificações afetariam ou não o trabalho cotidiano dos funcionários dos Postos Indígenas, e as práticas de contato e integração já iniciadas entre estes e as sociedades indígenas da região.

Tarefa árdua é a de estabelecer relações entre modificações macro-políticas e práticas sócio-políticas de agentes históricos inseridas em uma escala menor de observação; porém esta não é a proposta do presente trabalho. Aqui, procuro observar o universo mais circunscrito dos agentes de 1929. Uma de minhas preocupações consiste em pensar de que maneira os militares-funcionários do SPI em sua escala municipal, ou seja, os que desenvolviam atividades em Postos Indígenas, incorporavam e compreendiam as diretrizes positivistas que orientavam as políticas indigenistas elaboradas pelos quadros dirigentes do SPI (LIMA, 1992: 159). Isto diz respeito à questão da recepção daquela ideologia política pelos funcionários do Serviço que lidavam diária e diretamente com indivíduos indígenas, considerando a grande carga de construções simbólicas que o positivismo adquiria quando confrontado com a questão indígena no que tange às idéias de “primitivismo”, “evolução social” e “civilização”. Buscamos também pensar se a força dos ideais dos apóstolos positivistas que guiaram as ações indigenistas² nas duas primeiras décadas de funcionamento do órgão tutelar – décadas de 1910 e 1920 - ainda estaria presente de forma marcante na década de 30.

Outra preocupação inerente a este trabalho é a de elaborar uma escrita da história que confira à sociedade local e às iniciativas indígenas um papel relevante - ressaltando as especificidades culturais de relações sociais estabelecidas na região Centro-Oeste do país -, em uma época caracterizada por projetos políticos de Estado responsáveis pela construção estratégica de uma idéia de nacionalidade. A elaboração, nos primeiros anos da década de 1930, de uma idéia específica de Nação que teria como função distinguir e supervalorizar o

² Baseado em artigo do antropólogo Antônio Carlos de Souza Lima, interpreto que os membros do Apostolado Positivista do Brasil formavam um grupo social que pode ser visto como fundamental na elaboração de diretrizes políticas a serem adotadas nas ações intervencionistas do Estado Nacional Republicano junto às sociedades indígenas. Positivistas ocupavam importantes cargos dentro dos quadros do SPI desde os seus primórdios.

momento presente do Brasil faz emergir a idéia de “República Velha” a fim de caracterizar negativamente todo um passado histórico republicano que os novos estadistas intencionavam se desvincular. No que concerne a temática deste trabalho, procuraremos refletir sobre as sociedades indígenas habitantes dos sertões desconhecidos do Brasil e a população local – elites municipais e camponeses pobres dotados de características regionais próprias - como um contraponto à sociedade dita nacional.

Como chave-de-pensamento, retrataremos os militares do SPI como “republicanos-colonizadores”, considerando que estes eram uns dos principais responsáveis pela organização das frentes de expansão da sociedade nacional na época em questão. São estes os agentes sociais que representam o Estado naqueles confins de Brasil; possuem do Estado o respaldo legal para exercerem suas ações perante os grupos indígenas que lá viviam. Data de 1928 a sanção de uma lei que confere ao termo “índios” um status jurídico específico. Os indígenas eram assim enquadrados em uma categoria legal que lhes dava direito a um regime jurídico especial. O que motivava o estabelecimento de tal medida era a idéia de “transitoriedade do ser indígena”- noção corrente na época (LIMA, 1992:159-160). Os indígenas eram considerados homens em um estado inferior de evolução, cabendo ao Estado desempenhar um papel civilizatório - legitimado por lei – promovendo sua transição a fim de que se transformassem em trabalhadores agrícolas; pequenos produtores rurais incorporados à nação. Este viés ideológico orientava a ação protecionista do órgão tutelar e de seus funcionários militares. Esta percepção por parte do Estado de que se fazia necessário um maior controle político-jurídico sobre as populações e terras indígenas está inserida em uma época em que se acreditava firmemente que as sociedades indígenas caminhavam para a extinção, devido ao decréscimo populacional e à progressiva integração dos índios à sociedade nacional. A idéia de colonização em um contexto republicano refere-se às relações geopolíticas, territoriais e sociais configuradas entre militares e indígenas, e implica, a meu ver, menos na idéia de imposições do que na idéia de negociações.

Passemos agora à análise da documentação. O relatório datado de 31 de dezembro de 1929 e assinado pelo encarregado do PI de Villa Bella, João Pedro Villasboas, discorre sobre as atividades desempenhadas no PI de Rolim de Moura, localizado no noroeste do estado de Mato Grosso. O documento se dirige ao Inspetor do SPI naquele estado, o Sr. Antonio Martins Viana Estigarribia. À época a Inspetoria Regional 6 era responsável pela administração de 19 Postos Indígenas sendo o total da população indígena assistida de 4258 pessoas.

Relata João Pedro que desde o mês de agosto de 29, os funcionários do Posto receberam visitas de índios cabixis e nhambiquaras. Refere-se a estas visitas como realizadas num período do ano em que não se esperava o aparecimento destes grupos, visto que em anos anteriores tais índios costumavam dar sinais de sua presença após o mês de agosto. Podemos inferir que contatos já haviam sido estabelecidos, porém, ao que tudo indica, as práticas e técnicas de atração executadas pelos agentes do SPI ainda não se mostravam eficientes o bastante para que os indígenas adquirissem a confiança necessária para uma maior aproximação. Antes de fornecer detalhes acerca destas visitas - procurando compreendê-las melhor e fazê-las serem mais bem entendidas pelo interlocutor -, o relator segue contando sobre um contato estabelecido entre um empregado de um comerciante de Mato Grosso com um índio guaraio, que vivia em uma região desabitada distante 12 km da cidade. As ligeiras informações prestadas pelo índio, com muita dificuldade de expressão, permitiram compreender que ele vivia naquela região com mais três indivíduos indígenas há muitos anos. Seus três companheiros, contudo, haviam sido mortos “em luta com os selvícolas visitantes daquela mesma região e com os quais mantinham acesa animosidade” (MI, 1929: Microfilme 379).

Percebemos assim a existência de conflitos inter-étnicos naquela porção do Brasil e suas causas poderiam ser derivadas de disputas territoriais e culturais dentre inúmeras possibilidades de explicação. Não podemos deixar de ter sempre em mente os contatos sociais e históricos estabelecidos anteriormente por grupos étnicos indígenas, tanto com outros grupos de índios quanto de não-índios que acabavam contribuindo para a reordenação de suas tradições, para a apropriação de novas motivações políticas e para a reformulação de identidades culturais (HALL, 2006:13 e OLIVEIRA, 2000:79). Devemos pensar estes conflitos como resultantes de hibridismos culturais para alargarmos nossa percepção quanto à história e a organização social dos grupos indígenas, circunscritos naquela zona geográfica, sobre os quais o Estado e a sociedade nacional têm pouco conhecimento. Ou seja, o fato do Estado republicano tê-los ignorado até então não significava que eles não tivessem uma história própria.

Depois de passados poucos dias na companhia de não-índios e de se estabelecer provisoriamente no sítio do comerciante de Mato Grosso junto ao sertanejo com o qual fizera contato, o indígena guaraio dali desapareceria. Alguns dias após seu sumiço o nativo seria encontrado morto nas matas circunvizinhas. Ao relatar a morte do guaraio pelo grupo indígena que se pretendia atrair, o encarregado-chefe do Posto Indígena constata que tal fato

representava uma idéia contrária a opinião que formulava sobre as relações sociais inter-étnicas dos diferentes agrupamentos indígenas que habitavam aquele espaço territorial:

“Ao contrario da opinião que formulávamos, ser de amizade a relação que existia entre estes guaraios e os índios, opinião esta que alimentava o próprio Exmo. Snr. General Rondon, como teve elle occasião de manifestar-se quando com elle tive o prazer de um feliz encontro em Caceres, no anno de 1921, ao contrario desta opinião, veio o lastimável facto do guaraiio provar que o que existia entre eles era acesa animosidade” (MI, 1929: 379).

A vivência naquele contexto regional, próxima da realidade concreta das experiências sociais e das relações interculturais daqueles determinados grupos indígenas, aos quais se pretendiam atrair e pacificar, propiciaria aos funcionários do órgão indigenista a reformulação de suas concepções acerca das relações estabelecidas entre etnias distintas e possivelmente a reordenação de suas percepções individuais sobre o comportamento dos indígenas. Ainda que a reformulação das consciências indigenistas não significasse imediatamente na prática a revisão das políticas indigenistas, em médio prazo eles se veriam obrigados a repensar e adaptar suas técnicas e métodos às novas situações confrontadas. Eis que vislumbramos um caminho de mão-dupla: não eram apenas os índios que se reorganizavam social, cultural e mentalmente a partir do contato com a sociedade nacional; também esta se via impelida a modificar seu modo de compreender os indígenas, suas ações e formas de organização social a partir do momento que a convivência entre não-índios e índios gerava intercâmbios culturais que acabariam por alterar pressupostos estabelecidos anteriormente.

Nos sertões inóspitos daquela região territorializada pelo Governo Federal não atuava apenas o SPI (LIMA, 1997); as Estações Telegráficas ali também prestavam seu serviço à nação. As relações entre os funcionários – majoritariamente militares - destas duas repartições federais constituem um interessante foco de análise no que diz respeito às questões indígenas com as quais as duas instituições tinham de lidar. Após relatar uma visita (leia-se ataque) de índios à Estação Telegráfica de Pontes e Lacerda que devia localizar-se próxima ao Posto, o encarregado tece as seguintes considerações:

“(...) resta-me somente ponderar-vos o grande valor do reforço da Inspeção ao apello que constantemente faço aos funcionarios dos Telegraphos aqui para usarem da máxima tolerância para com os nossos selvícolas, credores dos maiores sacrificios nossos, não só como resgate dos nossos erros passados, como para sua integralização á vida civilizada.” (MI, 1929: 379)

A expressão “nossos selvícolas” revela um caráter paternalista que remete a idéia do índio como um ser na infância social, necessitado de cuidados especiais. Também nos revela que a ideologia positivista presente nas políticas indigenistas em voga, elaboradas por intelectuais-militares do alto escalão do Exército e detentores dos principais cargos da

Diretoria do SPI em âmbito nacional, se refletia muito bem em seus subordinados. Não se trata, porém, de desqualificar o relator em sua condição de indivíduo histórico e agente político capaz de resignificar por meio de suas experiências práticas as concepções ideológicas oriundas da alta hierarquia militar, que talvez desconhecesse a realidade empírica sobre a qual deveriam ser aplicadas tais teorias.

A idéia do índio como credor, presente na passagem citada, remete a idéia do Estado como devedor; o Estado ao reconhecer uma dívida social para com o índio estabelece para si a obrigação – pelo menos no discurso - de um dever a se cumprir em favor dos indígenas. Esta maneira de conceber as relações entre a Nação e os índios se reflete nas práticas indigenistas (“usar de tolerância”) porque de certa maneira está presente nas políticas indigenistas.³ Os sacrifícios exercidos pelos funcionários assistencialistas, aos quais se refere o relator, teriam a função de reparar erros históricos: a injustiça social e a opressão sofrida pelos nativos no passado. Sacrificar-se é realizar a missão civilizatória – ainda que laica – a que se propunham e tal modo de entender as ações protecionistas desempenhadas pelos servidores federais está plenamente associada ao ideal de integração do índio à Nação. Na Nação vive-se a vida civilizada que se distingue da vida selvagem levada pelos indígenas; selvagem porque não considerada em seus próprios pressupostos culturais e neste sentido o termo “selvícola”, ainda bastante utilizado na época, nos ajuda a esclarecer as concepções etnocêntricas que orientavam a conduta dos quadros do SPI.

O encarregado faz menção especial as visitas do mês de novembro, que correspondem aos ataques que os índios a serem pacificados [Cabixi ou Nhambiquara] fizeram ao Posto ou mais especificamente às roças do Posto onde trabalhavam índios Pareci:

“No primeiro ataque foram quatro flexas atiradas, felizmente sem atingir o alvo. Sciente deste facto, colloquei alguns brindes nos logares de sua passagem; brindes estes que foram retirados, repitindo, porém novo ataque, e desta vez foi um chuveiro de flexas a atravessar o espaço, distancia porem que medeava entre atacantes e atacados era tão grande que punham estes ao abrigo de qualquer perigo. Em face desta situação deram os índios Parecis trez salvas para o ar e com o ladrar dos seus cães puzeram-se os atacantes em retirada (...)” (MI, 1929: 379)

A citação nos indica um grupo indígena já atraído e integrado à proposta de trabalho do Posto Indígena. Seria significativo o fato de que os indígenas ainda não pacificados procurassem atacar os índios trabalhadores do Posto e não os funcionários não-índios? Estariam os Nhambiquara (ou Cabixi) associando os Pareci à imagem de cooperadores e aliados dos funcionários do SPI? Seriam os militares vistos como inimigos ou invasores já

³ Ainda que seja necessária uma distinção mais nítida entre leis e práticas indigenistas – no sentido de possíveis defasagens entre estas e aquelas - para a compreensão mais aprofundada da questão.

que estavam ocupando e tomando posse de territórios habitados pelos índios? A citação também nos permite esclarecer uma possível origem da idéia de pacificação, já que grande parte dos contatos era precedida por ataques, sendo as tribos arredias – as afastadas da civilização – consideradas hostis devido aos seus atributos guerreiros que eram e são características culturais indígenas de diversas etnias.

A técnica de atração de índios, utilizada décadas antes da própria criação do SPI - principalmente pelas comissões responsáveis pela instalação de linhas telegráficas nos sertões - e por este incorporada, consistia em colocar brindes e presentes – geralmente objetos e instrumentos que não faziam parte da cultura material dos índios – nos caminhos por onde estes circulavam nos entornos do Posto. Aos ataques nativos, os indigenistas não respondiam com um contra-ataque, mas sim com a oferta de brindes; e esta era a lógica de atuação do Serviço, a de fazer os grupos indígenas perceberem que eles não estavam ali para guerrear, mas sim para estabelecer contatos amistosos. A passagem citada nos relata uma situação de tensão que era mediada por uma prática institucional orientada para uma determinada finalidade: a incorporação dos índios à sociedade regional/local por meios pacíficos, a integração dos nativos a uma instituição nacional – o Posto Indígena – e à sua proposta ideológica de trabalho. A etnia Pareci aqui exemplificaria bem a idéia do índio como trabalhador nacional e tutelado pelo Estado republicano.

Seguindo seu relatório o chefe do Posto nos revela juízos pessoais que derivam da sua observação dos fatos:

“(...) julgo todos elles, caso bem significativo, que vem provar da maneira positiva e insophismavel, que os nossos índios, com estes simulados ataques, só pretendem dar sinal de sua presença, sem nenhum caráter de hostilidade, porque se de fato não fosse esta a sua intenção, certo que teríamos a lamentar muitos casos desagradaveis(...)”. (MI, 1929: 379)

Podemos interpretar que os ataques de flechas dos indígenas representavam iniciativas de contato tão significativas quanto a prática de distribuição de brindes pelos funcionários do SPI. Acredito que haja um problema teórico-histórico subjacente à questão das “iniciativas de contato”: nos relatos documentais produzidos pelos quadros do SPI (nos quais está sempre presente a idéia de missão – ainda que não-religiosa – e a idéia da função civilizatória do órgão protecionista) percebemos que o Estado Nacional, através deste aparelho de poder, se auto-concebe como responsável pelo contato e sempre se auto-atribui o protagonismo no estabelecimento do contato, acabando por gerar uma naturalização da idéia de que todo contato é efetivado pelo Estado, pois é a partir de seu ponto de vista que ele nos é

relatado. A idéia aqui sugerida é manter um senso crítico rigoroso na própria prática da análise historiográfica para não reatualizarmos estas naturalizações.

Após o relato sobre os ataques realizados pelos nativos da região o narrador segue contando que os índios estavam respondendo favoravelmente aos métodos de atração praticados pelos funcionários do SPI. Relata que os indígenas estariam adotando procedimentos similares, deixando objetos que lhes pertenciam no lugar de onde haviam retirado os brindes que lhes eram oferecidos. Os agentes do Posto interpretariam tais atitudes indígenas como um avanço no tocante a um tipo de comunicação que de fato estava sendo estabelecida, infundindo aos indigenistas expectativas otimistas para um contato futuro. O encarregado relata que permanece “(...)aguardando até agora, ansiosamente, a futura visita, que espero será muito promissora.” E mais adiante aponta a necessidade que tinham “(...) em ter este Posto fornecido de brindes com que possa atrair mais facilmente os nossos selvícolas, já em franco caminho de uma feliz aproximação com o Posto” (MI,1929: 379). Esta dimensão de um horizonte de expectativas que se cria entre os servidores do SPI, onde se forjam prospecções otimistas para um suposto contato posterior é possibilitada por uma reação/resposta indígena a tentativas anteriores de estabelecimento de uma comunicação e é também bastante relevante e significativa para as reflexões que desenvolvo aqui. Ainda que não saibamos se o otimismo do encarregado se concretizaria na prática, nos é permitido vislumbrar processos de interações sociais, culturais e mentais que efetivamente estavam ocorrendo entre índios locais e funcionários nacionais no cotidiano de um Posto Indígena no início da década de 1930.

Referências Bibliográficas:

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006

LIMA, Antonio Carlos de Souza. “*O governo dos índios sob a gestão do SPI*”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992

_____. “*Da guerra de conquista ao poder tutelar-
elementos sobre a relação entre Estado Nacional e povos indígenas no Brasil Republicano*”
In: AZEVEDO, Francisca Nogueira de; MONTEIRO, John Manuel (orgs.). **Confronto de
culturas: conquista, resistência, transformação**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São
Paulo: EDUSP, 1997

OLIVEIRA, João Pacheco de. “*Muita terra para pouco índio? Uma introdução
(crítica) ao indigenismo e à atualização do preconceito*”. In: SILVA, Aracy Lopes da;
GRUPIONI, Luís Donizete Benzi (orgs.). **A temática indígena na escola: novos subsídios
para professores de 1º e 2º graus**. 3 ed. São Paulo: Global: Brasília: MEC: MARI:
UNESCO, 2000

Referências Documentais:

Relatório da Inspeção Regional 6 relativo ao exercício de 1929 e programação de 1930:
Serviço de Arquivos do Museu do Índio: SPI-AC, Microfilme 379, fotogramas 1656-1719.

Abreviações:

MI – Museu do Índio